

Editorial

Thaís Cavalcante Martins¹

Prezadas leitoras e leitores,

¹ É com imensa satisfação que lançamos o novo número da Revista Agenda Política (AP). A edição número 3, que encerra o volume 8, reúne um conjunto de modificações que ocorreram no ano de 2020. Dentre essas mudanças está a expansão do número de membros e a reorganização interna da Equipe Editorial.

Nesse contexto, apresentamos Daniel Baldin Machado, que ingressou na Agenda Política em 2019 e desde julho exerce a função de Editor Adjunto. Pela excelência do trabalho, Daniel foi indicado para concorrer ao Prêmio Jovem Editor Jürgen Döbereiner, da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), na edição de 2020. Além de um Editor Adjunto, a nossa Equipe passou a contar com um Secretário Executivo, Tailon Rodrigues, cujo apoio tem sido substancial.

Aproveitamos também para dar as boas-vindas aos novos membros do Comitê Editorial: Lillian Lino, Cristiano Parra e Matheus Botelho. Os novos membros somam esforços à nossa equipe de transição, que ingressou em 2019. O

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Editora-chefe da Revista Agenda Política.

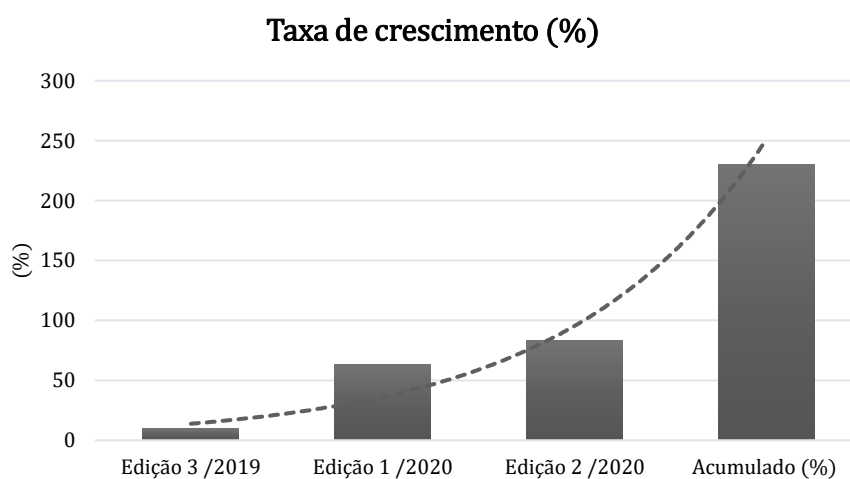
trabalho desempenhado pelo Comitê tem sido fundamental para a padronização da produção editorial e elevação da qualidade de nossas publicações.

Agradecemos ao Prof. Dr. Gabriel Casalecchi que na condição de coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar nos concedeu inestimável apoio. Fornecendo tempo e energia, facilitando o financiamento de recursos importantes para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades da revista.

A reestruturação da Equipe e o ingresso de novos membros é reflexo do crescimento da Agenda Política. O periódico conta com altas taxas de submissão, sendo que em doze meses o número de artigos submetidos à revista aumentou 228%. Em razão disso, visando melhorar os nossos procedimentos, passamos a adotar um processo de revisão interna (pré-avaliação) dos manuscritos antes de submetê-los à análise de pareceristas externos.

Esse crescimento impacta diretamente na quantidade de membros da comunidade acadêmica envolvidos direta e/ou indiretamente nas atividades do periódico. Nesse espaço, aproveitamos para estender o nosso agradecimento a todos(as) os(as) 135 revisores(as) que contribuíram com o processo de avaliação por pares em 2020. O apoio e a assistência profissional de nossos estimados colegas tornam o sucesso e crescimento da revista possível.

2



Fonte: Elaboração própria.

Como não poderia deixar de ser, o aumento no número de submissões refletiu em nossas estatísticas. Em 2020, 98 artigos submetidos à Agenda Política tiveram os seus processos finalizados, sendo que 32% foram aprovados e 68% foram rejeitados.

O crescimento da procura pela AP como veículo para a divulgação dos resultados da produção científica na área da Ciência Política e de disciplinas afins, coincide com os esforços de nossa Equipe para aumentar e melhorar a visibilidade, disseminação, armazenamento e qualidade de nossas publicações.

Em decorrência desses esforços, em 2020, a Agenda Política foi incorporada a importantes indexadores e base de dados, como: DOAJ – Directory of Open Access Journals, REBID - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico, MIAR, ERIH PLUS, BASE - Bielefeld Academic Search Engine, Diadorim, LatinREV, LivRe – Revistas de Livre Acesso, Portal de Periódicos – Capes.

3 Todas as mudanças implementadas em 2020 tiveram como objetivo fundamental reforçar o nosso compromisso em apoiar e disseminar a troca de conhecimento científico a partir da publicação de artigos originais e altamente relevantes.

Essa edição é composta por quatro seções: Dossiê Temático, Agenda da Ciência Política no Brasil, Temas Livres e Entrevista.

O dossiê temático desse número trata das **Relações Internacionais**. A sessão temática organizada pelos colegas Flávio Contrera (IPPRI/Unesp) e Matheus Lucas Hebling (Unicamp) é composta por cinco artigos que debatem o tema sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Na seção Agenda da Ciência Política no Brasil, Pablo Ornelas Rosa, Aknaton Toczek Souza e Giovane Matheus Camargo, em seu artigo **Perspectividade política e produção de desinformação nas eleições brasileiras de 2018**, realizam uma pesquisa cibercartográfica para problematizar a produção e circulação de informações durante as eleições presidenciais de 2018. Os autores identificam uma guerra de narrativas onde teorias conspiratórias e *fake news* foram articuladas como estratégias de convencimento para a difusão voluntária de dados pelos eleitores, reforçando a comunicação falaciosa.

A seção de artigos livres, por sua vez, apresenta cinco estudos inéditos produzidos por autores de diversas origens institucionais.

No artigo **COVID-19 e a crise da ordem liberal: aceleração do tempo histórico e mundo pós-ocidental**, Erik Herejk Ribeiro e Carlos Renato Ungaretti, analisam os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a ordem hegemônica dos Estados Unidos na perspectiva da Economia Política Internacional. Eles argumentam que a crise atual acelera tendências de longo prazo, marcadas pela transição sistêmica do capitalismo histórico. Os autores sinalizam que as dinâmicas de crescimento desigual apontam para o ressurgimento do Leste Asiático como pólo dinâmico da economia mundial. Eles indicam que as diferentes reações à crise da COVID-19 representam sintomas de modelos distintos de economia política, que ficam evidentes no contraste entre a financeirização pós-industrial dos Estados Unidos e o desenvolvimento sinérgico do capitalismo produtivo no Leste Asiático.

4

O artigo **O Paradoxo da Política Externa Brasileira: uma análise a partir da infraestrutura regional**, de Bárbara Carvalho Neves, busca discutir a política externa brasileira para a América do Sul a partir da perspectiva da infraestrutura regional. A autora argumenta que embora grande parte da bibliografia defenda que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tenha sido o principal financiador dos projetos de integração da infraestrutura regional na América do Sul, a análise dos documentos e dos dados disponíveis não sustenta tal afirmação; e sugere a utilização do espaço regional para a alavancagem dos compromissos e interesses nacionais através da política externa brasileira.

O artigo de Alessandro Tokumoto, intitulado **Origem Institucional e dependência de trajetória: os casos do BNDES e do BCIA**, identifica quais fatores institucionais e contextuais na criação dessas instituições são relevantes para compreender a dependência de trajetória do BNDES e do BCIA. Os resultados apresentados indicam que variáveis políticas-históricas refletiram no desenho institucional adotado em cada uma das nações. O autor argumenta que no caso brasileiro, a forte burocracia possui relação com as raízes técnicas do BNDES e com a orientação ideacional dos governantes da época. Já no caso argentino, a debilidade institucional do BCIA teria sido historicamente condicionada pelo

processo político de criação da agência e pelo baixo grau de autonomia estabelecido.

No artigo **Grupos políticos de direita e a participação nas eleições de 2018**, Paulo Roberto Spina analisa os grupos políticos ligados a pautas e setores da direita brasileira contemporânea, na sua distribuição territorial, identificando estratégias de enraizamento socioespacial e as conexões entre as manifestações e as eleições de 2018. No artigo, o autor apresenta um mapeamento detalhado sobre quem são os grupos políticos da direita brasileira contemporânea, divididos em grupos com pautas nacionais, grupos estaduais e grupos locais.

Já o artigo de Douglas Goveia Rechia, intitulado **O Impeachment no Estado Democrático de Direito Brasileiro**, analisa o processo histórico pelo qual o *impeachment* foi incorporado no Brasil, explorando as correntes que apontam para a natureza do instituto. O autor sustenta que o *impeachment* do presidente da república, como instituto que pode levar à destituição do agente político que exerce, ao mesmo tempo, a função de chefe de governo e chefe de Estado, reveste-se de caráter excepcional. Devendo consistir, simultaneamente, em uma proteção ao Estado contra o mau exercício da função presidencial, como também em uma garantia ao ocupante do cargo em face de eventuais destituições desprovidas de fundamento jurídico prévio.

Por fim, a entrevista realizada por Lis Barreto (UFSCar/ULisboa) com Andrés Malamud (ICS-ULisboa), traz ao centro do debate a desintegração regional, oferecendo *insights* que permitem compreender e analisar de forma mais objetiva os movimentos recentes, sobretudo, na América Latina.

Boa leitura!